

DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

- Actos publicados na I e II Série -

NEWSLETTER DIGESTO Nº 15/2010

Disponibilização: 2 de Agosto de 2010

Período abrangido: 19 a 30 de Julho de 2010

ÍNDICE TEMÁTICO

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**
- **CAÇA**
- **PESCAS**
- **SEGURANÇA ALIMENTAR**
- **VITIVINICULTURA**

6. AMBIENTE

7. ASSOCIAÇÕES

8. COMUNICAÇÃO SOCIAL

9. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

10. CONSUMIDORES

11. CULTURA

12. EDUCAÇÃO

13. EMPRESAS

14. ENERGIA

15. FINANÇAS

- **BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS**
- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**
- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**
- **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**
- **VALORES MOBILIÁRIOS**

16. INDÚSTRIA

17. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

18. REGIÕES AUTÓNOMAS

- **AÇORES**
- **MADEIRA**

19. SAÚDE

20. SEGURANÇA SOCIAL

21. TRABALHO

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

22. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

23. TURISMO

1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

DECRETO-LEI n.º 92/2010, de 26 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços e transpõe a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro.

2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **SEGURANÇA PÚBLICA**

DECRETO-LEI n.º 96/2010, de 30 de Julho

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o regime sancionatório aplicável às infracções praticadas pelos utilizadores da orla costeira, no que respeita a sinalética e barreiras de protecção.

3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

DECRETO-LEI n.º 95/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Redefine a área de jurisdição da APS - Administração do Porto de Sines, S. A., define os bens imóveis a permutar entre o Estado e o Município de Sines e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro.

4. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACÓRDÃO n.º 248/2010, de 19 de Julho

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucionais as normas constantes dos artigos 3.º, n.º 2, e 5.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, na interpretação segundo a qual o concurso de recrutamento de professores catedráticos está sujeito às garantias previstas nas referidas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 5.º.

DECRETO-LEI n.º 89/2010, de 21 de Julho

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Aprova o regime excepcional de contratação de médicos aposentados pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGRO-PECUÁRIA**

DECRETO-LEI n.º 88/2010, de 20 de Julho

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Regula a produção, controlo, certificação e comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, com excepção das utilizadas para fins ornamentais, transpõe a Directiva n.º 2009/74/CE, da Comissão, de 26 de Junho, e revoga os Decretos-Leis n.os 144/2005, de 26 de Agosto, 62/2007, de 14 de Março, 260/2007, de 17 de Julho, e 38/2009, de 10 de Fevereiro.

- **CAÇA**

PORTARIA n.º 556/2010, de 22 de Julho

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Primeira alteração à Portaria n.º 288/2010, de 27 de Maio, que define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça e fixa os períodos, os processos e outros condicionamentos para a época venatória de 2010-2011.

- **PESCAS**

PORTARIA n.º 594/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera o Regulamento da Pesca por Arte de Emalhar, aprovado pela Portaria n.º 1102-H/2000, de 22 de Novembro.

- **SEGURANÇA ALIMENTAR**

DECRETO-LEI n.º 94/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS)

Altera os critérios de pureza específicos dos aditivos alimentares, modifica as condições de utilização dos edulcorantes nos géneros alimentares, transpondo as Directivas n.os 2009/10/CE, da Comissão, de 13 de Fevereiro, e 2009/163/UE, da Comissão, de 22 de Dezembro, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 365/98, de 21 de Novembro, e à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 394/98, de 10 de Dezembro.

- **VITIVINICULTURA**

REGULAMENTO n.º 653/2010, de 30 de Julho

(MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS - INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO, I. P.)

Publica o comunicado de Vindima de 2010, incorporando as normas estabelecidas por cada secção especializada «Porto» e «Douro».

6. AMBIENTE

DECRETO-LEI n.º 93/2010, de 27 de Julho

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa das actividades da aviação, transpondo a Directiva n.º 2008/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, que altera a Directiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro.

DECRETO-LEI n.º 96/2010, de 30 de Julho

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o regime sancionatório aplicável às infracções praticadas pelos utilizadores da orla costeira, no que respeita a sinalética e barreiras de protecção.

7. ASSOCIAÇÕES

LEI n.º 16/2010, de 30 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do regime geral de licenciamento.

8. COMUNICAÇÃO SOCIAL

RESOLUÇÃO n.º 77/2010, de 23 de Março

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Integração das emissões da RTP-Madeira e RTP-Açores nas redes de televisão por cabo nacionais e acesso gratuito à RTP2 nas Regiões Autónomas.

9. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PARTICULARES

DECRETO-LEI n.º 90/2010, de 22 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Aprova, simplificando, o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão, revogando o Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de Maio.

10. CONSUMIDORES

PORTARIA n.º 592/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece as condições aplicáveis ao serviço de interruptibilidade, a prestar por um consumidor de electricidade ao operador da rede de transporte, bem como o regime retributivo do referido serviço e as penalizações associadas a eventuais incumprimentos, no sentido de harmonizar as condições de interruptibilidade no mercado ibérico.

11. CULTURA

RESOLUÇÃO n.º 72/2010, de 21 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Apoio à candidatura do fado à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.

DESPACHO n.º 12274/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Actualiza o valor dos ingressos em palácios dependentes do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P., e dos monumentos e sítios dependentes do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.

AVISO n.º 15168/2010, de 30 de Julho

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Planta de implantação, incluindo a zona especial de protecção, e planta de localização dos sítios arqueológicos do Vale do Côa incluídos na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO em 1998.

[AVISO n.º 15169/2010, de 30 de Julho](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Planta de implantação incluindo a zona especial de protecção e planta de localização, do conjunto conhecido por Paisagem Cultural de Sintra, incluído na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO, em 1995.

[AVISO n.º 15170/2010, de 30 de Julho](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Torna público que, em 2001, o Alto Douro Vinhateiro foi incluído na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural, e publica a planta de implantação, incluindo a zona especial de protecção, e a planta de localização.

[AVISO n.º 15171/2010, de 30 de Julho](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Torna público que, em 2001, o conjunto conhecido por Centro Histórico de Guimarães foi incluído na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO e publica a planta de implantação, incluindo a zona especial de protecção, e a planta de localização.

[AVISO n.º 15172/2010, de 30 de Julho](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Torna público que, em 1983, o conjunto conhecido por Centro Histórico de Angra do Heroísmo foi incluído na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO e publica a planta de implantação, incluindo a zona especial de protecção, e a planta de localização.

[AVISO n.º 15173/2010, de 30 de Julho](#)

(MINISTÉRIO DA CULTURA)

Planta de implantação, incluindo a zona especial de protecção e planta de localização, do centro histórico do Porto, incluído na lista indicativa do Património Mundial da UNESCO, em 1996.

12. EDUCAÇÃO

[ACÓRDÃO n.º 248/2010, de 19 de Julho](#)

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucionais as normas constantes dos artigos 3.º, n.º 2, e 5.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, na interpretação segundo a qual o concurso de recrutamento de professores catedráticos está sujeito às garantias previstas nas referidas alíneas b) e c) do n.º 2 do artigo 5.º.

DESPACHO n.º 12023/2010, de 26 de Julho

(MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS, DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO)

Fixa o montante da ajuda respeitante aos custos elegíveis previstos no Regulamento do Regime de Fruta Escolar (RFE).

13. EMPRESAS

DECRETO-LEI n.º 92/2010, de 26 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços e transpõe a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro.

RESOLUÇÃO n.º 82/2010, de 30 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

O «regime de caixa» de exigibilidade do IVA - generalização dos regimes especiais de exigibilidade às microempresas.

14. ENERGIA

DESPACHO n.º 11654/2010, de 19 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Prestações a praticar pela EGREP, E. P. E., referentes às categorias de produtos de petróleo.

PORTARIA n.º 542/2010, de 21 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Segunda alteração à Portaria n.º 96/2004, de 23 de Janeiro, que determina que os titulares de licenças vinculadas de produção, associadas a centros produtores hidroeléctricos ou termoeléctricos, adiante designados por produtores, devem proceder à aquisição ou arrendamento à entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) dos terrenos que constituem o sítio a eles afecto, e revoga a Portaria n.º 481/2007, de 19 de Abril.

PORTARIA n.º 543/2010, de 21 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza o cálculo do preço máximo de venda, pelos produtores, às entidades que introduzem gasóleo rodoviário no consumo, do biodiesel cuja incorporação seja obrigatória.

DESPACHO n.º 12103/2010, de 27 de Julho

(ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS)

Perfis de consumo para o ano gás 2010-2011.

PORTARIA n.º 592/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece as condições aplicáveis ao serviço de interruptibilidade, a prestar por um consumidor de electricidade ao operador da rede de transporte, bem como o regime retributivo do referido serviço e as penalizações associadas a eventuais incumprimentos, no sentido de harmonizar as condições de interruptibilidade no mercado ibérico.

PORTARIA n.º 596/2010, de 30 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Aprova os Regulamentos das Redes de Transporte e de Distribuição.

15. FINANÇAS

- ***BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS***

RELATÓRIO n.º 25/2010, de 21 de Julho

(BANCO DE PORTUGAL)

Relatório e contas do conselho de administração do Banco de Portugal, gerência de 2009.

- ***CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS***

ACÓRDÃO n.º 251/2010, de 19 de Julho

(TRIBUNAL CONSTITUCIONAL)

Não julga inconstitucional a norma que se extrai dos artigos 2.º, n.º 2, 11.º, n.º 3, 13.º-A e 16.º do Código do Imposto Municipal da Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações, quando interpretada no sentido da sujeição a imposto da sisa do contrato-promessa com tradição conjugado com a sua irrelevância para efeitos de caducidade da isenção da sisa.

LEI n.º 15/2010, de 26 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Introduz um regime de tributação das mais-valias mobiliárias à taxa de 20 % com regime de isenção para os pequenos investidores e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

RESOLUÇÃO n.º 82/2010, de 30 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

O «regime de caixa» de exigibilidade do IVA - generalização dos regimes especiais de exigibilidade às microempresas.

- **PATRIMÓNIO DO ESTADO**

AVISO n.º 14696/2010, de 26 de Julho

(MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS)

Lista de bens imóveis do domínio privado do Estado Português

DECRETO-LEI n.º 95/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Redefine a área de jurisdição da APS - Administração do Porto de Sines, S. A., define os bens imóveis a permutar entre o Estado e o Município de Sines e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro.

- **QUESTÕES CONTABILÍSTICAS**

RESOLUÇÃO n.º 74/2010, de 21 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Conta Geral do Estado de 2008.

REGULAMENTO n.º 654/2010, de 30 de Julho

(CONSELHO NACIONAL DE SUPERVISÃO DE AUDITORIA)

Regulamento do CNSA sobre Supervisão do Controlo de Qualidade da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

LEI n.º 15/2010, de 26 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Introduz um regime de tributação das mais-valias mobiliárias à taxa de 20 % com regime de isenção para os pequenos investidores e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

16. INDÚSTRIA

DECRETO-LEI n.º 90/2010, de 22 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Aprova, simplificando, o novo Regulamento de Instalação, de Funcionamento, de Reparação e de Alteração de Equipamentos sob Pressão, revogando o Decreto-Lei n.º 97/2000, de 25 de Maio.

17. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

DECRETO-LEI n.º 95/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Redefine a área de jurisdição da APS - Administração do Porto de Sines, S. A., define os bens imóveis a permutar entre o Estado e o Município de Sines e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro.

18. REGIÕES AUTÓNOMAS

RESOLUÇÃO n.º 77/2010, de 23 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Integração das emissões da RTP-Madeira e RTP-Açores nas redes de televisão por cabo nacionais e acesso gratuito à RTP2 nas Regiões Autónomas.

- **AÇORES**

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 24/2010/A, de 22 de Julho

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Estabelece mecanismos de acompanhamento da empregabilidade e do mercado de emprego na Região Autónoma dos Açores.

DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL n.º 25/2010/A, de 22 de Julho

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Cria e regulamenta o Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo.

RESOLUÇÃO n.º 14/2010/A, de 30 de Julho

(REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

Aprova o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2010.

- **MADEIRA**

DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO n.º 21/2010, de 20 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Rectifica a Lei Orgânica n.º 2/2010, de 16 de Junho, que fixa os meios que asseguram o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de Fevereiro de 2010, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 115, de 16 de Junho de 2010.

19. SAÚDE

DECRETO-LEI n.º 89/2010, de 21 de Julho

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Aprova o regime excepcional de contratação de médicos aposentados pelos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde.

PORTARIA n.º 572/2010, de 26 de Julho

(MINISTÉRIO DA SAÚDE)

Actualiza o programa de formação da área profissional de especialização de cirurgia plástica, estética e reconstrutiva.

DESPACHO n.º 12082/2010, de 27 de Julho

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Fixa o valor diário a pagar pela segurança social, por utente, às unidades de longa duração e manutenção da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

20. SEGURANÇA SOCIAL

DESPACHO n.º 12082/2010, de 27 de Julho

(MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL)

Fixa o valor diário a pagar pela segurança social, por utente, às unidades de longa duração e manutenção da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

21. TRABALHO

DECRETO-LEI n.º 92/2010, de 26 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços e transpõe a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro.

- **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

PORTARIA n.º 537/2010, de 19 de Julho

(MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO)

Cria o Selo de Empresa Qualificante e aprova o Regulamento de Candidatura à Atribuição do Selo de Empresa Qualificante, o Regulamento do Modelo de Logótipo de Identificação de Empresa ou Entidade a Quem Foi Atribuído o Selo de Empresa Qualificante, a matriz de avaliação de candidaturas à atribuição do Selo de Empresa Qualificante e o modelo de diploma de atribuição do Selo de Empresa Qualificante.

22. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- **TRANSPORTES**

PORTARIA n.º 543/2010, de 21 de Julho

(MINISTÉRIO DA ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO)

Actualiza o cálculo do preço máximo de venda, pelos produtores, às entidades que introduzem gasóleo rodoviário no consumo, do biodiesel cuja incorporação seja obrigatória.

DECRETO-LEI n.º 93/2010, de 27 de Julho

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa das actividades da aviação, transpondo a Directiva n.º 2008/101/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, que altera a Directiva n.º 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Outubro.

DECRETO-LEI n.º 95/2010, de 29 de Julho

(MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES)

Redefine a área de jurisdição da APS - Administração do Porto de Sines, S. A., define os bens imóveis a permutar entre o Estado e o Município de Sines e procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 337/98, de 3 de Novembro.

RESOLUÇÃO n.º 83/2010, de 30 de Julho

(ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA)

Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 48/2010, de 11 de Maio (estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de Dezembro).

23. TURISMO

DECRETO-LEI n.º 96/2010, de 30 de Julho

(MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO)

Estabelece o regime sancionatório aplicável às infracções praticadas pelos utilizadores da orla costeira, no que respeita a sinalética e barreiras de protecção.